

ANEXO I

RESUMO EXPANDIDO

ATAQUES DISCURSIVOS CONTRA PARLAMENTARES TRANS NAS REDES SOCIAIS.

Anthony Emanuel Santos Silva¹
Lucas Vieira Farias²
Kirla Korina Anderson Ferreira³

RESUMO

Ao refletir o conceito de Violência Política de Gênero, se entende que a mesma representa uma das formas de silenciamento e ataque contra mulheres a fim de impedir a ocupação de cargos de poder, se desenvolvendo por meio de discursos ofensivos, difamatórios, vexatórios e que dialogam com assédios verbais, morais entre outros. O objetivo deste trabalho é analisar como a violência política de gênero se manifesta como discurso de ódio nas redes sociais. A metodologia aplicada dividida em três etapas buscou revisar bibliografias a fim de entender os principais conceitos da pesquisa, bem como realizar uma pesquisa netnográfica na rede social X durante 2023 e 2024 na busca de postagens que contivessem violência política de gênero, analisando a publicação e seus comentários. Como resultados, destacam-se duas postagens referentes às parlamentares Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), e que, por meio delas e seus comentários, se destaca como os discursos de ódio e a violência política de gênero proferidos se potencializam nas redes pelos usuários, dialogando com outros preconceitos como a transmisoginia. Em suma, a violência política de gênero é um campo que ainda necessita de debate, pois os discursos refletem em um número pequeno de parlamentares mulheres e, ainda menor, de parlamentares mulheres trans.

Palavras-chave: Discurso de Ódio, Gênero, Violência política, Transmisoginia, Ciberespaço.
[Consultar referências na ABNT 6028/21.](#)

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado aqui busca analisar e compreender os ataques discursivos enfrentados por parlamentares trans na rede social X, em 2023 e 2024. Este trabalho é fruto dos resultados do projeto de pesquisa **Violência Política de Gênero como Disseminação do Discurso de Ódio contra Mulheres no Ciberespaço**, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em

¹ Graduando do curso Licenciatura em História do Instituto Federal do Pará – Campus Belém, e-mail correspondente: anthonyasilva4757@gmail.com

² Discente do curso técnico em Eletrônica do Instituto Federal do Pará – Campus Belém, e-mail correspondente: lucasvieirafarias37@gmail.com

³ Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará, professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Pará – Campus Belém, e-mail correspondente: kirla.anderson@ifpa.edu.br

Educação e Cibercultura (NUPEC) do Instituto Federal do Pará (IFPA) e financiado pela Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

Sabemos que a participação das mulheres nos espaços políticos sempre foi marcada por empecilhos para a chegada e permanência nesses espaços, assim, é visível o gênero como uma forma primária de construção social onde o poder é articulado (Scott, 1990). Nesse viés, Luiz Trindade (2022) vai afirmar que discursos de ódio são caracterizados por manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar e humilhar pessoas ou grupos sociais. Dessa forma, quando tratamos de ataques discursivos é possível ver a migração deles para as plataformas (Trindade, 2022), como demonstrado em alguns dos casos aqui apresentados.

Os casos são referentes a duas notícias postadas no perfil do Estadão, em 2023, são notícias que envolvem a deputada Erika Hilton (Psol-SP) e a deputada Duda Salabert (PDT-MG). Essas notícias tratam de ataques de violência política de gênero, pois retratam na sua maioria uma desqualificação pública e uma violência simbólica (Biroli, 2018) contra as deputadas por serem mulheres trans e até um restringimento e/ou cercamento dos direitos do exercício político das deputadas, assim, se enquadrando na lei 14.192/2021.

Além desses ataques utilizarem uma forma de discurso de ódio que retrata um conceito defendido por Julia Serano (2007) que é a Transmisoginia, que é sempre dirigida a pessoas que não seguem a conformidade das normas de gênero e especificamente as que realizam transgressão ao feminino que tendem a atrair mais sensacionalismo público e contestação, mais também vai estar presente na retratação da feminilidade associada às mulheres trans que serão sempre retratadas como “exageradas”, “superficiais” ou “artificiais”, neste sentido, temos uma perspectiva ligada e sustentada que relaciona o gênero ao determinismo biológico, no entanto, essa ideia é refutada no início da criação do conceito pelas feministas americanas, como afirmado por Joan Scott (1990). Serano (2007) afirma também que as mulheres trans são retratadas de maneiras provocantes, objetificadas ou associadas a motivações sexuais. Assim a transmisoginia é o entendimento que as mulheres trans sofrem além de transfobia a misoginia, simultaneamente.

Portanto, essas perspectivas sobre o conceito de gênero e os ataques discursivos pensados por uma ideia incompleta sobre o conceito vão repercutir no decorrer do tempo, sendo até uma forma utilizada para deslegitimar a identidade de gênero de algumas mulheres. Aqui mostraremos na prática como esses discursos de ódio são organizados e até pensados para terem repercussão nas redes sociais, como veremos adiante.

METODOLOGIA

Sendo assim, para a realização da pesquisa, de natureza qualitativa, realizamos procedimentos metodológicos divididos em três etapas. Na primeira etapa realizamos uma pesquisa bibliográfica para o entendimento dos principais conceitos da pesquisa (Discurso de ódio, gênero, transmisoginia, violência política de gênero), este conceito desenvolvido por Lakatos e Marconi (2003). Na segunda etapa fundamentada no entendimento de Kozinets (2014) sobre o método netnográfico, realizando uma observação participante e qualitativa no campo online, empregando passos da etnografia no campo online e técnica de análise discursiva dos comentários encontrados. Nesse sentido, escolhemos a rede social X (antigo Twitter) para a realização da pesquisa, onde buscamos postagens que apresentassem violência política de gênero contra mulheres em cargos de poder, no período de 2023 e 2024, resultando em cinco postagens, mas aqui iremos explorar duas. Na terceira e última etapa realizamos a organização dos dados encontrados, suas análises e interpretações, para a construção de artigos e cartilha de combate à misoginia e discurso de ódio nas redes sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES

O principal ponto da pesquisa é a compreensão de que o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1990), por isso, este conceito não é natural e nem fixo, pois ele sofre influência de questões políticas, sociais e culturais ao longo do tempo. Além disso, o gênero foi uma forma de sustentar uma dominação masculina sobre feminino, realizando uma limitação das mulheres nos espaços públicos por meio de uma construção de imaginário de desigualdade de gênero, podendo ser analisada destes os gregos antigos quando sustentavam a ideia da “natureza feminina” que colocava o corpo feminino destinado apenas para a reprodução e a maternidade, como afirmado por Ana Maria Colling (2014). Além disso, temos outras categorias de análise de desigualdade que conjuntamente com o gênero obstaculiza a participação nos espaços institucionais como raça, sexualidade e geração. Tendo em vista, que a política é atualizada como espaço masculino (Biroli, 2018). Assim, demonstrando o gênero como categoria primária onde o poder é articulado e é composto por diversas outras categorias de desigualdades de poder.

A pesquisa netnográfica de recolhimento de dados entre 2023 e 2024 resultou em duas postagens do perfil do Estadão, no X, envolvendo as deputadas Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), onde ambas sofreram ataques discursivos. O primeiro caso trata-se da deputada Duda Salabert e o General Heleno, onde em uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o dia 8 de janeiro de 2023. Na postagem do Estadão descreve na sua manchete: “General Heleno chama a deputada trans Duda Salabert de ‘senhor’, que rebate ‘é senhora’”. No cenário em que a deputada Duda realizava uma pergunta sobre uma operação militar em que o general era o comandante da operação que resultou em um massacre e na morte de dezenas de crianças e mulheres, segundo a deputada. Antes da deputada finalizar a pergunta, o General Heleno a interrompe e chama a deputada de “senhor”, onde a deputada rebate e afirma “é senhora”. Este comportamento do General demonstra um intuito de silenciá-la, por meio de um discurso de ódio, além de realizar com seu comportamento uma forma de controle de quem ocupa deve ocupar os assentos de poder, pois a deputada ocupa um lugar onde historicamente negados às mulheres trans, tanto que ela e a deputada Erika Hilton são as primeiras deputadas trans do Brasil. Mostrando que com essa atitude do deputada uma forma de deslegitimação do gênero da deputada, o General realiza intrinsecamente um comportamento de violência simbólica e uma desqualificação pública da deputada, sendo essas atitudes de violência política de gênero, para Flávia Biroli (2018). Além da própria lei Nº14.192/2021, no seu art. 3 qualificar que qualquer ação ou conduta que restringe, obstaculiza ou impeça o exercício de seus direitos políticos fundamentais, em virtude do sexo. É caracterizado como violência política de gênero, a ação do general de restringir a fala da deputada, por meio da interrupção se enquadra perfeitamente na lei.

Esse ataque do General vai ser reproduzido nos comentários dessa postagem. Segundo Trindade (2022) há uma aceitação dos discursos de ódios como algo normal ou inevitável, por se camuflarem como um ataque muitas das vezes sutil, assim fazendo a perda da capacidade de indignação. Esta afirmação apresentada por Trindade é visível em três comentários da postagem, como mostrado a seguir:

Quadro 1 - Comentários Da Postagem da Duda e Heleno.

Comentário 1	“Pela cara dele, é senhor mesmo.”
Comentário 2 (resposta do comentário 1)	“É o que eu estava me perguntando... e não é esse o cara que é casado com uma mulher e parece que tiveram uma filha e tudo??? Se o parâmetro para ser mulher é botar um vestido feio, meu botijão de gás é mulher tbm.”

Fonte: X, 2023.

Os comentários 1 e 2 fazem parte de uma sequência. O comentário 1 vai ser uma reprodução da fala do General, mostrando como o gênero é uma forma primária de dar significados às hierarquias sociais e tem no seu abstrato uma coerção aos corpos sexuados (Scott, 1990) e a internet é um terreno fértil para o discurso de ódio e sua disseminação (Trindade, 2022). No comentário 2 temos a seguinte frase “as normas socialmente aceitas” para ser homem, sendo essas normas explicadas na passagem “o cara que é casado com uma mulher e parece até que tiveram filho e tudo????”, resumindo que por Duda ser casado com mulher e ter uma filha não poderia se considerar uma mulher, assim, deslegitimizando a identidade de gênero da deputada por não se encaixar nos “normas socialmente aceitas” para ser mulher. Em seguida, o comentário 2 deslegitima a identidade de gênero utilizando uma mensagem irônica com um discurso de ódio na passagem: “Se o parâmetro para ser mulher é colocar uma bota um vestido feio, meu botijão de gás é uma mulher também”. Neste comentários temos dois ataques discursivos, o primeiro reforça um estereótipo que, segundo Serano (2007), demonstra a feminilidade das mulheres trans associada a algo não natural, mas sim “artificial”, por não seguir as normas socialmente aceitas para ser mulher. Além de no segundo momento o comentário realizar um discurso de ódio com finalidade desumanizar a deputada, quando associa a um botijão de gás, inferiorizá-la e humilhar a deputada, sendo estas características de discurso de ódio para Trindade (2022).

Assim, quando tratamos de ataques discursivos contra a Deputada Duda Salabert na postagem apresentada vemos duas frentes de ataque a primeira que é a deslegitimação de sua identidade de gênero com base num imaginário social de uma mulher universal e fixa, que em primeiro lugar não é uma mulher trans, mas sim uma mulher cis. A segunda frente é a feminilidade da mulher trans não ser considerada natural, demonstrada e associada a uma feminilidade artificial e exagerada. Quando tratamos no cenário das redes sociais esses ataques são replicados e intensificados, como mostrado no caso. No entrando, essa frente de ataque não é semelhante para todas as mulheres trans, por exemplo no caso a seguir da Deputada Erika Hilton.

Quando tratamos dos ataques sofridos pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) na mesma CPMI que a Duda Salabert. Vemos que o autor do ataque, o deputado Abilino Brunini (PL-MT), tem uma trajetória política associada sempre a tumultos em CPMI sem ser membro delas. Entre estes casos, o presente é um deles, no qual o deputado que não era membro dessa CPMI realiza uma fala homofóbica durante o tempo destinado a perguntas de Erika, segundo a manchete da postagem do Estadão.

O deputado Brunini disse que “a deputada tinha oferecido serviços”, os colegas deputados que escutaram pediram a interrupção para o pedido de retirada e apoio a deputada Erika. Este discurso realizado por Brunini expressa diretamente o que é a transmisoginia, conceituada por Serano (2007), pois está sempre no imaginário que as mulheres trans são retratadas de maneira provocantes e objetivas sendo frequentemente atribuídas a motivações sexuais. Mas essa ideia, por parte, não se restringe só as mulheres trans, pois as mulheres cis também sobre com a objetivação de seus corpos. Neste casos é visível que o discurso do deputado tinha um teor odioso e por trás deste discurso carrega consigo uma afirmação que a Deputada não deveria estar naquela posição de poder, tendo em vista, historicamente as mulheres foram privadas de ocupar os lugares públicos e foram sempre associadas aos espaços privados, para Biroli (2018) esta dualidade entre público e privado, fruto de uma construção social influencia o gênero. Desse modo, Ana Maria Colling (2014) afirma que enquanto as mulheres forem identificadas com o trabalho privado (trabalho doméstico e reprodutivo) seus status públicos sempre sofrerá ataques. Além da fala do deputado, se qualifica na Lei 14.192/21, no Art. 3º, no seu parágrafo único, por fazer uma distinção no reconhecimento do exercício de seus direitos políticos, tendo em vista que foi durante a fala da deputada. Somando

a isto temos uma desqualificação realizada no fala do deputado e uma violência simbólica na mensagem que a falar trás, mostrando uma violência política de gênero como afirmado por Biroli (2018).

Em relação aos comentários encontrados na postagem, iremos apresentar apenas um que diz: “Ele critica as vestes do militar, mas está lá fantasiado de mulher e quando é igualmente criticado, joga a carta da homofobia”. Este comentário inicialmente refere-se a fala que foi interrompida da Deputada, onde questionava Mauro Cid, depoente da CPMI, sobre dar seu depoimento na CPMI da tentativa de golpe de Estado vestido com roupas militares. Em seguida o comentário vai falar das roupas da deputada associando elas a uma “fantasia”, assim negando a identidade de gênero da deputada e realizando assim um ataque contra ela. Reforçando uma ideia de gênero associada a um determinismo biológico, no entanto essa ideia é refutada no início do desenvolvimento do conceito de gênero pelas feministas americanas, como afirmado por Scott (1990). Esta ideia é sempre evocada para atacar as mulheres trans, no entanto, as pessoas que usam essa ideia muitas das vezes não têm o conhecimento que o gênero é caracterizado pelas relações socioculturais e históricas, assim, não sendo um debate biológico.

Portanto, é visível nos casos apresentados que os ataques discursivos sofridos pelas deputadas reforçam um discurso machista, misógino e de transfobia. Muitas vezes baseados em uma falta de conhecimento até mesmo sobre o assunto, mas que contém um único objetivo: a manutenção de um sistema masculinista, lutando assim para conter e silenciar as mulheres que lutam contra esse sistema de subordinação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos analisar e compreender os ataques discursivos que as deputadas Erika Hilton e Duda Salabert enfrentaram em 2023. Mesmo essas deputadas eleitas e rompendo uma construção histórica e social que colocavam na margem da sociedade, ainda enfrentam ataques de ódio no parlamento e nas redes sociais. Como demonstrado no decorrer do texto, esses ataques discursivos são fruto de um sistema construído historicamente fundamentado numa estrutura social machista, transfóbica e misógina, que está presente na realidade brasileira. Nesse sentido, quando observamos as pessoas que realizam esses ataques são homens, pois a política é atualizada como um espaço masculino e, dessa forma, muitas das vezes é reproduzida um sistema desigual, neste espaço de poder.

Nesse sentido, é visível como o gênero ocupa o centro desses debates junto com outras violências, que são usadas por meio de discursos para atacar as deputadas, principalmente nas redes sociais. Em relação ao discursos realizado pelo deputado e o general demonstram uma falta postura, pois os dois ocupam lugares institucionais e quando eles realizam essa desqualificação das deputadas e até mesmo demonstram menosprezo pelo o que elas estão representando naquele lugar, realizam um ataque não apenas a elas mas ao próprio Estado Democrático de Direito. Além disso, os ataques reiteraram muitas das vezes coisas inverídicas como a qualificação técnica e política das deputadas.

Dessa forma, é urgente a necessidade de combate desses ataques discursivos, mas também, as violências que são acarretadas neles. Sabemos que a identificação e a punição desses ataques é urgente no campo político, como também a necessidade de um letramento digital para uso de redes sociais, mas também um letramento de gênero, são importantes, pois intentamos que a melhor solução para desinformação, é a informação. Além de campanhas tanto no poder público como na sociedade civil de combate à misoginia e a transfobia.

REFERÊNCIAS (Item não contabilizado no número total de páginas.)

Seguir as ABNT – NBR 6023 para elaboração das referências.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica da mulher como “o outro”**. 2. ed. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

ESTADÃO. **General Heleno chama deputada trans Duda Salabert de “senhor”, que rebate: “é senhora”**. *X (antigo Twitter)*, @Estadao, 2023. Disponível em: <https://twitter.com/Estadao>. Acesso em: 22 fev. 2026.

ESTADÃO. **Deputado do PL insinua que Erika Hilton estava oferecendo serviços durante sessão da CPMI**. *X (antigo Twitter)*, @Estadao, 2023. Disponível em: <https://twitter.com/Estadao>. Acesso em: 22 fev. 2026.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1990.

SERANO, Julia M. **Transmisogyny**. In: GOLDBERG, Abbie E.; BEEMYN, Genny (org.). *The SAGE encyclopedia of trans studies*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2021. v. 2, p. 868. DOI: 10.4135/9781544393858.n296868.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais: estratégias de combate e prevenção**. São Paulo: Editora CRV, 2022.